



COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR OS ATOS DE 8 DE JANEIRO DE 2023

**REQUERIMENTO N ° DE 2023**

Requer quebra de sigilo bancário, telemático, fiscal do Senhor Anderson Gustavo Torres, ex-ministro da Justiça e ex-Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fulcro no art. 58, §3º, da Constituição Federal, na Lei n.º 1.579 de 18 de março de 1952 e nos termos do art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja feita QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO, TELEMÁTICO, FISCAL DO SENHOR ANDERSON GUSTAVO TORRES, referente ao período de 1º de agosto de 2022 a 28 de fevereiro de 2023.

**JUSTIFICATIVA**

Anderson Torres foi Ministro da Justiça durante o Governo Bolsonaro e assumiu a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal logo após sua exoneração, a convite do Governador Ibaneis Rocha. Sua atuação à frente do Ministério da Justiça e Segurança Pública foi pautada na pessoalidade e defesa dos interesses do ex-Presidente Jair Bolsonaro.

Por outro lado, ao assumir o comando da SSP/DF, em 02/01/2023, Anderson Torres logo optou por manter suas férias marcadas para iniciar dois dias antes da convocação dos atos investigados nesta CPMI. Torres embarcou para Orlando, nos Estados Unidos, mesma cidade que estava o ex-Presidente Bolsonaro, no dia 06/01, e apenas retornou depois de decretada sua prisão, em 14/01/2023.

O Ministro Alexandre de Moraes determinou a prisão de Anderson Torres em razão dos fortes indícios de omissão e conivência do ex-secretário nos ataques de 8 de janeiro.



Além da ausência de providências suficientes para impedir a escalada da violência durante as manifestações, Anderson Torres está sendo investigado por guardar em sua residência uma minuta de decreto presidencial que determinava a instauração de um estado de defesa com objetivo de mudar o resultado das eleições, caso Jair Bolsonaro não vencesse as eleições de outubro de 2022.

Importante ressaltar que Anderson Torres também está sendo investigado quanto a sua atuação enquanto exercia o cargo de Ministro da Justiça e Segurança Pública e incitou a ação ilegal da Polícia Rodoviária Federal (PRF), sob seu comando, durante o 2º turno das eleições de 2022, para que fossem feitos bloqueios em estradas do Nordeste.

Nesse sentido, Anderson Torres possui especial relevância para esta CPMI, sendo essencial esclarecimentos sobre omissões deliberadas do ex-secretário, explicações sobre o planejamento do então Ministro da Justiça em articular golpe de estado e rompimento da ordem democrática no país.

Além da oitiva do ex-secretário, é essencial que seja feita a quebra de sigilo bancário, telemático e fiscal a fim de obter subsídios primordiais para a elucidação dos fatos.

Sendo assim, requeiro a quebra de sigilo bancário, telemático e fiscal do ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Anderson Torres, uma vez que considero de suma importância tais informações em contribuição aos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2023

Deputados (as):

DUARTE JR. (PSB/MA)

DUDA SALABERT (PDT/MG)





## **Requerimento do Congresso Nacional** **(Da Sra. Duda Salabert)**

Requer quebra de sigilo bancário, telemático, fiscal do Senhor Anderson Gustavo Torres, ex-ministro da Justiça e ex-Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal

Assinaram eletronicamente o documento CD234309658200, nesta ordem:

- 1 Dep. Duda Salabert (PDT/MG)
- 2 Dep. Duarte (PSB/MA)

